



GT 026. Ciganos: exercício de comparação etnográfica

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) -
 Coordenador/a, Mirian Alves de Souza (UEE) -
 Coordenador/a, Felipe Berocan Veiga (UFF e
 LeMetro/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a

A reflexão sobre o universo temático da identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, tanto nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste como nas Reuniões Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construção identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos; e problematizando como os projetos políticos das organizações ciganas são moldados pelas imaginárias étnicas e nacionalistas que circulam nas diferentes comunidades, o grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Embora os registros etnográficos venham ganhando terreno nos últimos anos, aos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar as relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

O PATRIMÔNIO SERVE À CIDADE COMO NEGÓCIO? O caso do Museu Cais do Sertão, em Recife, Pernambuco.

Autoria: Francisco Sá Barreto, Izabella Medeiros

Este work é parte de projeto de pesquisa que desenvolvemos desde o final de 2014, a partir do qual procuramos entender a simbiose entre os discursos de modernidade e tradição em três recortes temporais específicos na cidade de Recife, Pernambuco. O terceiro recorte trata dos embates entre o Projeto Novo Recife e as iniciativas de resistência a ele, mas não somente a ele. Foi possível observar, ao logo dos estudos que já realizamos, o funcionamento das estratégias para tradução da resistência pontual ao Novo Recife a um debate sobre a cidade e suas políticas de gestão como um todo. É o que procuramos observar quando nos dedicamos a compreender a atuação do Movimento Ocupe Estelita ou do Grupo de Direitos Urbanos nesse cenário. No outro lado da querela, por sua vez, encontra-se um conjunto de políticas de intervenção sobre as regiões do centro antigo da cidade do Recife (Bairros do Recife, São José e Santo Antônio), as quais funcionam como paradigma para um tipo de operação sobre a cidade que já vigora desde o próprio projeto urbano de modernização do Recife, ainda no final do século XIX e início do XX. Procuramos observar o funcionamento desse conjunto de intervenções para além do interesse em tornar novamente disponíveis para a habitação zonas inteiras há muito abandonadas na cidade. O que, contudo, os textos do PNR (Projeto Novo Recife) chamam de zonas abandonadas? O que significam, nesse contexto, "tornar novamente disponíveis"? Mais do que investir na construção de grandes edifícios, que estimulam firmemente a especulação imobiliária na região, alimentando as demandas das grandes construtoras locais, o conjunto dessas intervenções identificou, desde o princípio, na "reforma da cultura" o mais destacado empreendimento no tempo da revitalização urbana do Recife. Desde os anos 1990, a construção de um "novo" habitus cultural para a região procura estimular a zona como objeto do interesse do mercado do turismo global, bem como uma alternativa economicamente promissora de entretenimento da cidade. Na primeira década do século XXI, esse conjunto de intervenções ganha o reforço de grandes edificações dedicadas ao consumo cultural, especialmente dois equipamentos que celebram parcerias entre a gestão do



Estado e a iniciativa privada: no Paço do Frevo e o Museu Cais do Sertão. Totalizando mais de R\$ 50 milhões em investimentos públicos, os dois equipamentos representam, antes de um interesse da gestão em estimular a divulgação e preservação do patrimônio local, um promissor negócio da cultura em sintonia com tendência verificada em todo o globo. A essa altura, serve ao negócio da cultura as contemporâneas políticas de preservação do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas? Essa é a questão que, neste work, pretendemos desenvolver.



Realização:



Apoio:



Organização:

